

Política agrícola paradoxal da Europa prejudica país pobre

Na teia de ajudas diretas, subsídios e barreiras existentes na Europa, a reforma feita em 2003 na Política Agrícola Comum permite à UE utilizar a agricultura como moeda de troca frente a "outros interesses" e a promover artificialmente aumentos de preços.

*Maurício Hashizume¹ - Agencia Carta Maior
6 de diciembre de 2004*

Valência – À primeira vista, o “Velho Continente” parece não ser o território mais adequado para ser a sede de um encontro internacional sobre reforma agrária. Vinculadas à idéia clássica da intervenção coercitiva do poder público para distribuição da terra, avaliações apressadas como essa escondem a relevante participação, principalmente dos governos reunidos na União Européia (UE), no processo de confronto relativo à questão agrária em nível global.

Neste domingo (6), primeiro dia de trabalhos do Fórum Mundial da Reforma Agrária (FMRA), evento que busca concentrar debates sobre alternativas ao modelo agrícola vigente que confere prioridade absoluta ao mercado, um dos temas de destaque foi justamente o papel da sofisticada teia de ajudas diretas, subsídios e barreiras existentes na Europa. Nesse contexto, a reforma da Política Agrícola Comum (PAC), aprovada em junho de 2003 pelos ministros de Agricultura da UE, traz elementos fundamentais para a compreensão da inserção européia no tema da reforma agrária entendida em sua acepção mais completa, como instrumento de transformação social.

Um dos anfitriões do FMRA, Eladio Arnalte, professor de Economia Agrária do Departamento de Economia e Ciências Sociais da Universidade Politécnica de Valência, chama atenção para a profunda contradição que caracteriza a realidade agrária européia. “Hoje, um produtor que cultiva terras de maneira extensiva pode até ter a sua terra expropriada. A ironia é que nas regiões de fronteira, a uma distância de 20 quilômetros da plantação desse mesmo produtor, um grande proprietário de terras pode estar recebendo dinheiro do governo para não cultivar nada”.

Alguns elementos, salienta o pesquisador, se repetem nas declarações e nos pronunciamentos relacionadas à agricultura emitidos pela Comissão Européia. Entre eles, os principais são a competitividade e a valorização do aspecto “multifuncional” da agricultura, que une basicamente a sustentabilidade (para manter vivo o tecido social) do meio rural e o respeito ao meio ambiente. Dentro desse contexto, na medida em que a ênfase nesses dois últimos traços vai crescendo, aumenta também a tendência de desconforto que aponta para a necessidade de um modelo agrícola diferente para o continente.

“O problema é que a política agrária da UE toma como base a ‘multifuncionalidade’ para justificar a ajuda financeira ao agricultor. Com isso, sobretudo no Sul da Europa, especialmente na Espanha e em Portugal, a estrutura de latifúndios permanece”, explica o especialista Arnalte. “O primeiro passo para se pensar em um modelo mais equitativo

¹ Cobertura jornalística realizada com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil.

é cortar essas ajudas financeiras aos grandes proprietários. Eles recebem quantidades enormes de dinheiro de Bruxelas para manter o meio ambiente e garantir o equilíbrio social no campo, mas não fazem nem uma coisa nem outra. Simplesmente ganham dinheiro. E ponto”, diz o espanhol.

Os números comprovam o viés concentrador desse mecanismo: 20% dos produtores recebem mais de 80% desse tipo de ajuda financeira direta. Para o professor da Universidade Politécnica de Valência, a distribuição desse recurso está no centro dos problemas. “A facilitação do acesso à terra para jovens é um problema importante. É verdade que as políticas dessa natureza não têm sido muito efetivas, mas elas já existem”. Nas últimas eleições parlamentares de março na Espanha, todos os partidos, desde a extrema esquerda até a direita mais conservadora, defenderam políticas mais consistentes de acesso à terra para jovens. “Isso prova que essa questão não afeta o modelo agrário”, complementa.

“As organizações agrárias de direita, porém, assumiram na mesma eleição uma posição frontalmente contrária à política de corte de ajuda aos grandes proprietários. Isso, sim, questiona o modelo. Principalmente na Espanha”, conclui Arnalte. Segundo ele, o atual governo socialista do premiê José Luiz Zapatero, do Partido Socialista Obrero Espanhol (PSOE), está tentando algo – “ainda de maneira muito débil” – na seara do corte dessas ajudas financeiras. “Já está claro que se trata de pura desculpa para manter subsídios no marco da Organização Mundial do Comércio (OMC) frente aos países em desenvolvimento”, afirma.

Na esteira da crítica do pesquisador, organizações que participaram da oficina específica sobre a Europa realizada neste domingo assinalaram que a tal “multifuncionalidade” presente na reforma da PAC, que se completará até 2013, está mais próxima de ser uma “multidisfuncionalidade”. Por um lado, a reforma da PAC segue uma política coerente com os acordos e as negociações da OMC, consideradas “ilegítimas e injustas” pelas organizações participantes, e por outro lado permite à União Européia utilizar a agricultura como moeda de troca frente a outros interesses como a liberalização de bens e serviços. Em contar a promoção artificial de preços que provocam instabilidades internacionais de produtos agrários que, por sua vez, afetam diretamente os países “em desenvolvimento”. De cada cem agricultores do mundo, 96 vivem em países classificados nessa categoria, onde a agricultura é a principal fonte de sustentação de aproximadamente 2,5 bilhões de pessoas.

Quadro da “disfunção” apresentado na FMRA

Sul da França – Sofre pressão da indústria do turismo. Organizações camponesas locais reivindicam o uso coletivo de terras abandonadas para “prática cultural” da agricultura “que traz embutida uma visão de mundo na qual a terra é fonte e garantia de vida”.

Galícia, na Espanha – Pequena produção agrícola concorre com zonas de caça.

Itália – Governo propôs projeto de lei que propõe a privatização das terras “cínicas”, nome dado ao que no Brasil seriam as terras devolutas. Em uma das unidades agrárias de camponeses que já abrigou 500, restam apenas 25 pessoas.

Portugal – Hoje, 0,6% das propriedades recebe 42% do crédito agrário disponível no país. 300 proprietários recebem 14 mil euros por mês para cruzarem os braços.

Reino Unido – Menos de 1% da população economicamente ativa (PEA) vive da produção agrícola.